



*Intervenção proferida pelo Deputado Aires Reis, na Assembleia Regional
no dia 20 de Fevereiro de 2003, sobre a necessidade de um Plano de Intervenção
e de Desenvolvimento para cada uma das ilhas dos Açores.*

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

Tenho vindo a constatar ao longo do tempo, e de forma mais intensa após ter iniciado o meu primeiro mandato como Deputado Regional, a necessidade de existir uma maior coordenação entre todos os agentes públicos e privados, autores do processo de desenvolvimento de cada uma das ilhas.

A inexistência desta coordenação tem trazido, e parece continuar a trazer, diferentes consequências que têm condicionado negativamente este processo.

Na realidade, o progresso de cada uma das nossas ilhas não está sendo devidamente pensado, convenientemente programado e muito menos coordenado.

Cada organismo acaba por trabalhar individualmente, por vezes até de costas voltadas, mas seguramente, sempre em prol do desenvolvimento.

Mas um desenvolvimento virtual, porque apesar de todos terem o mesmo objectivo, todos correm para a frente mas, muitas vezes, para metas diferentes.

Poder-se-á assim, questionar o resultado final desse trabalho.

Entendo mesmo que o Governo Regional, juntamente com as autarquias, deveria pensar e projectar a sua actividade numa perspectiva mais alargada no tempo.

Verifico que não é com planos anuais, nem sequer com planos para quatro anos, que se projecta com coerência, o desenvolvimento de uma ilha, de um concelho, ou de qualquer parcela da região.

A verdade é que quando não temos objectivos bem definidos e metas concretas a atingir, dificilmente construímos um caminho adequado, neste caso, rumo ao desenvolvimento efectivo das nossas ilhas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

Acredito que o desenvolvimento não se prepara assim. Faz-se com uma actuação, no essencial, bem programada e devidamente coordenada entre todos os intervenientes.

Julgo por isso essencial a elaboração de um documento que tenha por mérito a conciliação de todo o processo de desenvolvimento.

Devemos mesmo falar na necessidade de um plano de intervenção e de desenvolvimento para cada ilha.

Teríamos assim a garantia de um rumo bem definido - retrato dos objectivos comuns de todos os agentes públicos e privados.

Este seria um documento essencial ao progresso sustentado de qualquer uma das ilhas.

Tornar-se-ia um instrumento de trabalho onde estavam previstos os objectivos que todos em conjunto temos para cada uma das ilhas, ou até para cada um dos concelhos da região.

Numa ocasião onde facilmente prevemos maiores dificuldades ao nível dos diversos tipos de investimentos, derivadas de uma maior contenção de fundos financeiros, seria essencial e bastante responsável que os diversos agentes públicos e porventura privados programassem os seus investimentos com base num plano global e integrado.

Poderá esta sugestão parecer um pouco utópica mas a verdade é que as nossas populações não sabem que rumo as suas terras vão tomar, para onde devem ser apontados os investimentos e em que medida podem acreditar no seu desenvolvimento.

Justiça seja feita às autarquias que são as únicas entidades a responder claramente ao desejo das populações e a projectar investimentos a longo prazo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

As nossas populações estão preocupadas com a falta de empenho deste Governo Regional relativamente a São Jorge.

É uma situação que se reflecte nas nossas populações e tende a provocar algum desânimo.

O Governo Regional parece, salvo algumas excepções, limitar-se a anunciar medidas avulsas para cada ilha, consoante um ou outro compromisso eleitoral que tenha assumido, mas muito raramente de forma programada e perspectivada num horizonte temporal adequado.

As restantes entidades, nomeadamente as autarquias e os próprios privados ficam, com o presente modelo de governação, também elas, sem perspectivas de investimento.

Como podemos ter investimentos privados nas ilhas pequenas se ninguém sabe com que investimentos regionais pode contar?

Não nos restam dúvidas. As populações, os agentes económicos, as autarquias, precisam saber com o que contam, quais as áreas em que podem contar com investimentos regionais, de que maneira os governantes pensam resolver os seus problemas e em que medida pensam apostar em cada uma das áreas e ainda o respectivo timing de cada investimento.

Precisamos ter, como em tudo, objectivos bem definidos e muito claros.

Em que medida as populações de São Jorge podem contar com o investimento público, numa perspectiva de cinco, seis ou dez anos?

Infelizmente não temos respostas do Governo.

O que vemos actualmente, da parte de alguns departamentos do Governo Regional, aproxima-se pois bastante da intitulada navegação à vista.

Sabemos, por exemplo, o essencial do que este Governo pensa sobre o sector cooperativo de São Jorge, sabemos também o que pensa o Governo relativamente a algumas questões relacionadas com o ensino ou com a saúde, mas são inúmeras as interrogações.

Repito: os jorgenses desconhecem o que pensa o Governo de cada um dos seus problemas, bem como os timings em que pensa resolvê-los.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

A ilha de São Jorge, tal como algumas outras ilhas, precisa urgentemente de respostas claras.

Todos os dias assistimos a problemas derivados da deficiente orientação do investimento público regional.

Todos os dias assistimos a problemas derivados da falta desse mesmo investimento.

Todos dias assistimos a interrogações sobre a concretização ou não dos diversos investimentos prometidos pelo Governo Regional.

E a verdade é que continuam a não existir respostas concretas.

Acredito que a ilha de São Jorge nunca dará a sua confiança política a quem não tenha objectivos concretos e definidos para fazer despoletar o seu desenvolvimento efectivo.

Como sabemos São Jorge possui onze freguesias. Nalgumas delas, está a acontecer uma situação bastante original – única porventura na história da autonomia – que é uma preocupação já considerável com o facto de estarem a desaparecer algumas das suas instituições, alguns dos seus pilares económicos que representavam, muitas vezes, os grandes motivos da fixação das populações.

Quando tudo parecia desenrolar-se no sentido de uma aposta firme na valorização rural e no seu desenvolvimento prioritário, tal como demonstravam programas de investimento comunitários, eis que os Açores dão a volta ao prego e accionam políticas precisamente contrárias à fixação das populações nas suas terras.

Algumas freguesias começam mesmo a questionarem sobre se as actuais políticas irão a longo prazo pôr em causa a sua própria sobrevivência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo

Nalguns destes núcleos populacionais estão desaparecendo instituições da maior importância como é o caso das escolas, de algumas unidades fabris e de outras instituições.

Este é um assunto que já nos preocupa e que entendi por bem alertar esta Assembleia.

Disse.